



AGROLIGADAS

As mulheres são e estão ligadas e empoderadas



EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

GENTE, EMPRESAS, CAMPO & LAVOURA



Agro

BRASIL S/A

CAFÉ DO BRASIL

Como a ciência fez
do país referência
mundial

ANO XXVIII | JUNHO
EDIÇÃO 35



ENTREVISTA | Joseildo Ramos

Deputado federal defende a criação de órgão para avançar na exploração agrícola com respeito ao meio ambiente



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

Café, uma história de desenvolvimento no Brasil



Um estudo divulgado pelo Jornal da USP, sobre o qual a Agro Brasil reproduz nesta edição, mostra a evolução científica da produção do café em solo brasileiro, onde chegou há quase 300 anos, mais exatamente no ano de 1727. Os estudiosos da Universidade de São Paulo se debruçaram em uma série de publicações, sobretudo jornais que circulavam a partir do século XIX.

Desde então, já se mostrava lá nos três séculos atrás que a produção cafeeira no Brasil primava pela pesquisa científica, a começar pela escola dos solos das imensas plantações, especialmente no estado de São Paulo.

O café brasileiro é tema da capa desta edição. Lembrando que a cultura cafeeira, do final do século XIX até meados do século XX, era tão importante que se tornou o principal produto de exportação nacional. Tanto que transformou São Paulo no estado mais importante econômica e politicamente. A política café com leite significa lá na “segunda República” a disputa entre paulistas e mineiros.

Boa Leitura.

João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do
Grupo Rede de Mídias

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

DIRETORA DE REDAÇÃO
Ângela Jordão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
Marco Antonio Raimundo

REDAÇÃO
Repórteres: Humberto Azevedo, Jean Gusmão,
Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo (fotografia)
Estagiária: Carolina da Costa Lima

GERENTE COMERCIAL
Maiara Max

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João
Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa
Moreno e Márcio Brandão do Carmo

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
ADEMIR GALITZKI, ANGELA VIDAL GANDRA DA
SILVA MARTINS, HUMBERTO AZEVEDO, IVANIR
FERREIRA, JOÃO PEDRO MARQUES, LEO CESAR
MELO, COLETIVO CABURÉ, THAIS MIRANDA,
ASCOM EMBRAPA, AGÊNCIA BRASÍLIA,
AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA
CÂMARA, JORNAL DA USP, SECOM-MT,
ASSESSORIAS.

FOTOS
GUILHERME DOS SANTOS, LETÍCIA BARBOSA,
LÚCIO BERNARDO, RAFAEL ANCHIETA, ASCOM
EMBRAPA, AGÊNCIA BRASÍLIA, AGÊNCIA
BRASIL, AGÊNCIA CNA, AGÊNCIA SENADO,
AGÊNCIA CÂMARA, JORNAL DA USP,
COLETIVO CABURÉ, AGREGA, SECOM-MT,
ASSESSORIAS

RDM AGRO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR
MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM
NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS
ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO
DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM
FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNEN GALITZKI

RDM AGRO BRASIL É PUBLICAÇÃO



ÍNDICE | Junho 2024

- 04 | OPINIÃO | Angela Vidal Gandra da Silva Martins
- 06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA
- 08 | ENTREVISTA | Joseildo Ramos
- 14 | AGRO DO QUADRADO
- 18 | CAFÉ BRASILEIRO
- 24 | AZEITE DE MINAS
- 25 | TECNOLOGIA NO SEMIÁRIDO
- 28 | AGROLIGADAS
- 30 | OPINIÃO | Leo Cesar Melo





A força e união do agro

A frase “O agro unido jamais será vencido” pode soar como um chavão, porém é muito oportuno para o momento e, em especial, no mês em que celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente, já que temos demonstrado que a nossa produção agropecuária é a mais sustentável do mundo.

De fato, uma reportagem que li recentemente sobre o tema comentava que esse dia, ou seja, o Dia do Meio Ambiente, também poderia ser considerado o dia do pequeno agricultor, que tanto preserva e cuida da terra. Mas, infelizmente, hoje o ambientalismo tornou-se uma espécie de totalitarismo, no qual o ambiente é absolutizado como fim, e não efetivamente como meio relativo ao ser humano.

Em um mundo e, principalmente, em um país com a potencialidade do Brasil, em termos de segurança alimentar, as políticas públicas deveriam se equilibrar entre proteger e projetar em função das próximas gerações, começando pela já existente.

Por outro lado, a verdade, ou pelo menos a sensatez, deveria orientar a informação, sem alarmismos ideológicos – ou melhor, utilitaristas –, o que também auxiliaria na tomada de decisões eficazes, eficientes e realmente sustentáveis. Nesse sentido, podemos afirmar que nosso agro tem enfrentado séria oposição, desde a falácia em apresentar incompatibilidade entre agricultura familiar e meio ambiente, passando pelo marco temporal e apropriação de zonas “florestais” até o escândalo da “Arrozbrás”.

Talvez o agro possa ser uma ameaça para alguns, pois preserva a família, a vida, a propriedade e a



“A força do agro é natural e, de certa forma, divina, pois tanto depende do Criador, e sua persistência, pela necessidade, resiste e encontra caminhos para seguir trabalhando a terra, cuidando devidamente do ambiente através dela”

liberdade. Por outro lado, manipular um setor básico, com pseudofundamentação ESG, é o primeiro passo para garantir a cadeia toda, preservado também o fim, como a indústria e os bancos, o que estamos vendo claramente na reforma tributária. Assim se apropria de toda a economia de um país.

A força do agro é natural e, de certa forma, divina, pois tanto depende do Criador, e sua persistência, pela necessidade, resiste e encontra caminhos para seguir trabalhando a terra, cuidando devidamente do ambiente através dela, e assegurando, dessa forma, sustento, sustentabilidade e liberdade.

Por fim, a união entre as pessoas e o foco nelas como prioridade são o que efetivamente torna o agro forte. Disputas políticas ou de puro poder – que deve ser exercido também de forma democrática – não devem caber em um setor que necessita trabalhar com unidade e lealdade, pois dele depende a nação e seu desenvolvimento econômico e social.

Por essa razão, o lema de entidades em defesa do agro é tão apropriado: “Plante, cultive e colha a paz”. Essa é a força e a união que vêm do campo. ■

Angela Vidal Gandra da Silva Martins, professora de Filosofia do Direito da Universidade Mackenzie, é sócia da Gandra Martins Law, gerente jurídica da Faesp, presidente do Instituto Ives Gandra de Direito, Filosofia e Economia e ex-secretária nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

VOCÊ PODE
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

Presidente desconfia de eficiência dos prepostos e toma rédeas da articulação

O próprio líder do governo federal no Senado, o senador **Jaques Wagner** (PT-BA), trouxe a informação: o presidente Lula assume pessoalmente as mesas de negociação com o Congresso Nacional, mudando a capacidade de articulação do Executivo. O fato é que o presidente não tem mais confiança na capacidade de seus articuladores. Essa sinalização, e mais que isso, tem sido feita até mesmo publicamente por Lula ao seu núcleo político dentro e fora do governo.



Divulgação



Divulgação

Briga de egos e disputas por poder atrapalham a articulação

Uma fonte da “cozinha do Planalto” informou à coluna que um dos maiores problemas na articulação política com o Congresso Nacional são as brigas de egos e a disputa por poder dentro e fora do Palácio do Planalto. O ministro-chefe da Casa Civil, **Rui Costa**, cumpriria ali a função de um “ditador”, vez que tentar impor sua voz e vontades não apenas na articulação política com o Parlamento. Em rota de colisão está o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a quem de fato cabe a articulação. Além de Wagner, líder no Senado, os demais líderes do governo no Parlamento são: no Congresso, Randolfe Rodrigues (sempartido-AP); e na Câmara, José Guimarães (PT-CE).



Divulgação

Cármen Lúcia dá o tom do TSE nestas eleições municipais

A Justiça não tem medo. Foi o que disse a ministra **Cármen Lúcia** ao tomar posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mais precisamente: “O medo não tem assento em alguma casa de Justiça”. Assim ela deu o tom de como será sua gestão à frente da Corte que comandará as eleições municipais deste ano e preparará os pleitos presidencial e estadual de 2026. Junto com ela foi também empossado o ministro Nunes Marques, como vice-presidente da Corte.



Divulgação

PIB cresce 0,8% no primeiro trimestre, puxado por Serviços

No primeiro trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do país teve alta de 0,8% ante o último trimestre de 2023, na série com ajuste sazonal. O setor de Serviços puxou essa variação positiva, com alta de 1,4%, principalmente devido às contribuições do Comércio (3,0%), de Informação e Comunicação (2,1%) e de Outras atividades de serviços (1,6%). A Agropecuária cresceu 11,3% e a Indústria registrou uma pequena variação negativa (-0,1%), que é considerada estabilidade.



Divulgação

Brasil passa a Itália e vira a 8ª maior economia do mundo

E aqui outra boa notícia para o Brasil. Ontem, o Austin Rating atualizou o ranking das maiores economias mundiais e, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no governo Lula (PT), agora o Brasil é a 8ª maior potência do mundo. O crescimento do PIB foi de 0,8% no primeiro trimestre em relação ao ano interior, o que levou à soma de US\$ 2,331 trilhões. Além de passar a Itália, que teve um PIB de 2,328 trilhões, a economia brasileira ficou em 17º lugar no ranking que aponta os países que mais cresceram no período. Em 2023, o Brasil já havia alcançado a 9ª colocação entre as maiores potências financeiras.

DITO & FEITO



“Eu não quero falar com o presidente Lula. Eu me recuso a falar com o presidente Lula, porque nós estamos vivendo um desgoverno. Vocês que fazem o Congresso, que fazem com que no Congresso as coisas aconteçam, está na hora da gente dizer que o país precisa de um plano para poder se desenvolver. O país não pode ficar à mercê do momento que o agro vai bem, o país vai bem.”

João Martins, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

“Desgoverno era aquele que a CNA apoiou, que isolou o Brasil e fechou mercados por incentivar o desmatamento, as queimadas, os agrotóxicos, o trabalho escravo e a truculência contra os trabalhadores rurais. O agro não é maior que o Brasil, mas é importante demais para ser representado por pessoas cegas pela ideologia de extrema-direita, incapazes de enxergar um palmo além da própria ganância.”

Respondeu a deputada **Gleise Hoffmann**, presidente nacional do PT

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Joseildo Ramos é servidor de carreira do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e pai de cinco filhos

Matopiba, a exploração da última fronteira agrícola

Deputado federal defende a criação de órgão para avançar na exploração agrícola com respeito ao meio ambiente

Por **Humberto Azevedo**

O deputado Joseildo Ramos (PT-BA), em entrevista exclusiva ao portal RDMNews (que a RDM Agro Brasil reproduz abaixo), defendeu a criação de um novo órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para que o país possa avançar na sua vocação de expansão agrícola sem desprezar o meio ambiente.

De acordo com o parlamentar baiano, a criação deste novo órgão denominado de Sistema Unificado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Suater), está na mesa do ministro Paulo Teixeira e nos próximos dias deve ser apresentada como uma alternativa fundamental para o avanço da agricultura sobre as áreas localizadas na nova fronteira agrícola popularmente conhecida como Matopiba (que integra terras do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Segundo ele, sem a criação deste novo órgão, o país perderá “muitas áreas agricultáveis”.

Engenheiro agrônomo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ramos afirmou que “é fundamental para este país seguir como a nação que preserva efetivamente aquilo que ele faz de melhor que qualquer outro lugar do ponto de vista de tecnologias voltadas para a agricultura e pecuária vinculadas a um bioma, ou biomas tropicais”.

Segundo o parlamentar, o Suater prevê assistência técnica “na medida e no tamanho certo”. “Então, nós evoluímos bastante, mas temos essa carência de não produzir isso, assistência técnica voltada para os agricultores familiares. Não necessariamente uma direção que prestigie o agronegócio, mas numa direção de contribuir, para deixar florestas nas áreas mais sensíveis da proteção da própria água, do combate e da prevenção da erosão, da proteção da fauna e da flora”, comentou.

“Então, isso [o texto da proposição a ser apresentada pelo governo] deve chegar agora, por esses dias. Sem essa iniciativa [criação do Suater], nós perderemos muitas áreas agricultáveis. O Brasil é um continente e ninguém tem áreas agricultáveis como nós temos no nosso país. E a gente precisa aproveitar e ter juízo”, acrescentou.

PROTEÇÃO DE BIOMAS

Joseildo Ramos entende que se o Brasil já dispusesse de um órgão como o Suater, os efeitos das transformações climáticas que vêm arrasando o Rio Grande do Sul provavelmente não aconteceriam na escala em que se deu a tragédia ambiental que já matou 162 pessoas e afetou mais de três milhões de habitantes.



“É preciso que, aí sim, a articulação do poder público é vital. O sistema Suater [Sistema unificado de assistência técnica e extensão rural] prevê isso”

“Os pampas, praticamente está todo tomado, para não dizer destruído – um dos nossos seis biomas, e o resultado está aí. Inclusive, o próprio governador [Eduardo Leite (PSDB)] – eu espero que ele faça um mea-culpa, que ele se redima do que fez, porque, certamente, eu não desconheço que ele seja um homem que pensa e pensa bem, do seu jeito, enfim, mas ele sabe o que ele fez da estrutura legal de proteção ambiental no Rio Grande do Sul”, complementou.

“Nós estamos na antessala do caos. Porque se tem de todo o período republicano [iniciado em 1889], neste país, o Congresso mais reacionário que eu já vi na minha vida. E que produz uma série de retrocessos em leis em que o Brasil é lembrado em qualquer

praça de debates pela qualidade das suas leis que estão sendo trucidadas”, completou.

FAKE NEWS

Sobre a inação por parte da Câmara dos Deputados na tramitação do Projeto de Lei (PL) 2630 de 2020, já aprovado pelo Senado, e que torna crime quem propagar notícias falsas em ambientes cibernéticos, o petista baiano destacou que “o Brasil não pode se furtar nem o Poder Legislativo não pode reclamar que outro Poder [no caso, o Judiciário] transborde dos seus muros e vá fazer aquilo que o Congresso não está fazendo e que é o seu dever fazer”.

No próximo mês, a Suprema Corte do país começará um julgamento de

trechos da legislação que criou o marco civil da internet, na qual poderá definir quais são as responsabilidades dos provedores, das plataformas digitais, no tráfego cibernético de informações erradas e mentirosas que são propagadas no ambiente virtual.

“O crime [das fake news] é grande e mata muito, viu! Mata e mata muito. Matou na pandemia, como um manicômio que tinha toda a capilaridade e produzia uma usina de mentiras, como aconteceu. Então, nós não podemos nos submeter a isso porque vai terminar na barbárie”, argumentou.

“Não cabe ao Congresso se desvestir das suas principais funções e uma delas é essa, nós estamos na era digital. E os crimes que são cometidos através das fake news, das mentiras, já produziram muita desgraça no mundo afora”, lamentou.

Abaixo, segue a íntegra da entrevista concedida pelo petista baiano:

RDMNEWS: A próxima fronteira agrícola a ser expandida é a que se refere à exploração dos biomas encontrados na área denominada de Matopiba (leste de Mato Grosso, sul



do Maranhão e do Piauí e oeste da Bahia), onde se encontram biomas frágeis como o Cerrado e a Caatinga. Dessa forma, como aliar a produção (desenvolvimento econômico) com a sustentabilidade do meio ambiente para não deixar um legado de destruição para as futuras gerações nos próximos anos e décadas?

Joseildo Ramos: Toda atividade humana, quando feita de maneira gregária, é prejudicial. A Caatinga e o Cerrado, que são os principais ecossistemas do Matopiba, na minha concepção, eles não são fragilizados. Eles aparentam fragilidade, mas eles ocorrem de maneira rigorosa naqueles ambientes em que se dá o seu início natural. Então, qual é o processo? É preciso que, aí sim, a articulação do poder público é vital. O sistema Suater [Sistema unificado de assistência técnica e extensão rural] prevê isso. Não necessariamente uma direção que prestigie o agronegócio, mas numa direção de contribuir, para deixar florestas nas áreas mais sensíveis da proteção da própria água, do combate e da prevenção da erosão, da proteção da fauna e da flora. Criando corredores sem opções de continuidade, por

“Nós evoluímos bastante, mas temos essa carência de não produzir assistência técnica na medida e no tamanho certo”

exemplo: se faz uma mata no cocuruto de uma serra, deixa ela lá e não existe comunicação com outro processo, no relevo, na geografia do lugar, isso não se traduz em algo de preservação; e daí entra a necessidade enquanto ainda dá tempo de o poder público ter amostras significativas, ou seja, parques de preservação para que eles possam repovoar e reconstituir áreas degradáveis e por aí afora. Então, é o único ambiente, eu, inclusive, digo que não é tão fácil para o agricultor familiar. Ele preserva, sim, é verdade, mas tem produtores que sequer têm áreas para garantir o sustento da sua família, e aí, como mitigar os problemas ambientais? Então, tem tarefas que são hercúleas e que precisam ser feitas. Mas é possível, sim. Existe tecnologia, força

de trabalho e os técnicos do Brasil são de excelência para poder topiar esse desafio.

RDMNEWS: Ao apresentar sua ideia de se criar o Sistema Unificado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Suater) ao MDA, qual seria a importância deste futuro órgão tanto no desenvolvimento econômico, quanto na proteção ambiental para garantir geração de emprego, renda, com sustentabilidade? Este futuro órgão precisaria de que tipo de organograma para funcionar? A criação deste órgão seria um diferencial para o país captar mais recursos de empresas e países que queiram investir no Brasil?

Joseildo Ramos: Olhe bem, eu creio



“Isso [o texto da propositura a ser apresentada pelo governo] deve chegar agora, por esses dias, e eu garanto que vai encontrar um ambiente razoável, vai ter debate”

que este decreto [de criação] da Suater está maduro, porque eu não conheço – até alguém do agronegócio, pecuaristas, e principalmente os agricultores familiares, que desconheçam a absoluta necessidade de se ter uma assistência técnica enquanto política pública no campo. Isso é fundamental para esse país seguir como a nação que preserva efetivamente aquilo que ele faz melhor que qualquer outro lugar do ponto de vista de tecnologias [voltadas] para a agricultura e pecuária vinculada a um bioma, ou biomas tropicais. Então, nós evoluímos bastante, mas temos essa carência de não produzir assistência técnica na medida e no tamanho certo.

RDMNEWS: Mas tem alguma

previsão para que esta iniciativa seja apresentada pelo MDA e o futuro órgão comece a vigorar?

Joseildo Ramos: Tem. Na realidade, é o seguinte: este ano é atípico e pequeno [no processo legislativo] por conta das eleições municipais. Nós entregamos o texto, é um texto que estabelece as diretrizes efetivas de uma lei que possa unir os entes federados. Ou seja, os municípios, estados e a União para que eles, por adesão, possam efetivamente resolver o problema da fome, do respeito ao [meio] ambiente através das faunas, floras, os biomas, que são seis biomas nas cinco regiões. A unidade do Suater deve ser o território de identidade, onde estão as bacias [hidrográficas], que devem reger o potencial de prover

água na medida das necessidades da agricultura verdadeiramente planejadas e no âmbito da agricultura familiar. Então, isso [o texto da propositura a ser apresentada pelo governo] deve chegar agora, por esses dias, e eu garanto que vai encontrar um ambiente razoável, vai ter debate, em que tem gente que presta assistência técnica nos departamentos das grandes empresas produtoras do agronegócio em si, mas a agricultura familiar não detém por parte dos seus interesses a possibilidade da sua assistência técnica a não ser por via de uma política pública.

RDMNEWS: A mais grave catástrofe e tragédia ambiental e climática vivenciada pelo Brasil neste 2024 com as inundações causadas pelas fortes chuvas que castigam quase 90% dos municípios gaúchos seria, de acordo com vários especialistas, uma amostra de que provavelmente já atingimos o ponto sem retorno provocado pela ação humana nas mudanças climáticas. Visto isso, como adaptar as políticas públicas às ocorrências extremas (excesso de chuvas, estiagens prolongadas, ar



seco, altas e baixíssimas temperaturas) que serão cada vez mais comuns? O que é preciso para que as legislações se adequem e minorem a vida das pessoas que vão ser cada vez mais afetadas por estas ocorrências?

Joseildo Ramos: Nós estamos na antessala do caos. Porque se tem de todo o período republicano [iniciado em 1889], neste país, o Congresso mais reacionário que eu já vi na minha vida. Então, e que produz uma série de retrocessos em leis em que o Brasil é lembrado em qualquer praça de debates pela qualidade das suas leis que estão sendo trucidadas, neste momento agora, algumas semanas atrás, em que se votou uma matéria que eleva o plantio monocultural de florestas plantadas decidindo ali que não fere a questão ambiental. Longe disso, longe disso! Tem-se plantas que se adaptaram ao longo da vida, como o eucalipto, em que se tem um termo técnico – que é a alelopatia, que junto com fungos produzem antibiose, quer dizer, uma espécie de antibiótico que não permite o crescimento de várias espécies, onde tem o eucalipto. Então, isso é terrível! E pelo espaçamento de que se usa, que não é nem aqui de uma



floresta tropical, de manejo, e lá fora, nas regiões temperadas, espaçamentos com a quantidade de indivíduos e plantas por hectare. Portanto, a usina de processamento de água é imensa e a capacidade de se fazer a reprovisão desta água em alguns ambientes é impossível. Daí a desertificação que está acontecendo em boa parte da caatinga brasileira. Então, eu considero que sem essa iniciativa [criação do Suater], nós perderemos muitas áreas agricultáveis. O Brasil é um continente e ninguém tem áreas agricultáveis como nós temos no nosso país. E a gente precisa aproveitar e ter juízo.

RDMNEWS: Esse fenômeno da desertificação está acontecendo no bioma dos Pampas também, não é?

Joseildo Ramos: Os Pampas, praticamente está todo tomado, para não dizer destruído – um dos [nossos] seis biomas, e o resultado está aí. Inclusive, o próprio governador [Eduardo Leite (PSDB)] – eu espero que ele faça um meaculpa, que ele se redima do que fez, porque certamente, eu não desconheço que ele seja um homem que pensa e pensa bem, do seu jeito, enfim, mas ele sabe o que ele fez da estrutura legal de proteção ambiental no Rio Grande do Sul. A liberação absurda e que fica na mão do produtor e aí nós estaremos sujeitos à seriedade de quem quer que seja com relação à proteção ambiental. E o Estado não cumpre o seu papel de proteger a política pública o [meio] ambiente, a fauna, a flora, enfim.



“O Brasil não pode se furtrar nem o Poder Legislativo não pode reclamar que outro Poder transborde dos seus muros e vá fazer aquilo que o Congresso não está fazendo e que é o seu dever fazer”

RDMNEWS: Em meio à maior catástrofe e tragédia ambiental e climática já vivida pelo Brasil no Rio Grande Sul (RS), temos ainda que conviver com o crescente uso da desinformação profissional levado a um sem-número de pessoas, deturpando o que de fato aconteceu e atrapalhando os serviços oficiais e voluntários a prestarem a ajuda e o devido socorro às vítimas das enchentes. E com o debate sobre

regulação das plataformas digitais voltado à estaca zero na Câmara na chamada “Lei das Fakes News”, o que fazer? Qual seria a solução para resolver este grave problema que põe em risco a vida de pessoas que estão precisando de ajuda e daquelas que estão ajudando?

Joseildo Ramos: Aí tem um emaranhado de situações. A primeira delas é que nós estamos em época de eleições internas no Congresso,

inclusive, na Câmara. E aí a sensibilidade dos que mandam fica à flor da pele. Por aí começa a nossa preocupação e também a turma vinculada à extrema-direita e à direita, ela reclama de que a liberdade de opinião será afetada. Mas existe o crime de opinião quando principalmente você influencia com a sua fala uma série de seguidores independentes do espaço digital, ou até o espaço de fala. Então, os criminosos também habitam esse mundo [digital e virtual] e o próprio modelo de negócios destas grandes empresas e grandes plataformas [digitais] sabe do que elas devem. Então, o Brasil não pode se furtrar nem o Poder Legislativo não pode reclamar que outro Poder transborde dos seus muros e vá fazer aquilo que o Congresso não está fazendo e que é o seu dever fazer. Então, eu acho que estamos num momento crucial, mas eu sinceramente não acredito que



neste ano seja resolvida esta questão. Se acontecer, menos mau. Porque o crime é grande e mata muito, viu! Mata e mata muito. Matou na pandemia como um manicômio que tinha toda a capilaridade e produzia uma usina de mentiras, como aconteceu. Então, nós não podemos nos submeter a isso porque vai terminar na barbárie.

RDMNEWS: Por fim, com a interrupção do debate da “Lei das Fake News” na Câmara, e com as eleições municipais chegando, a proliferação destas notícias falsas não é um risco iminente para a democracia brasileira? Como proceder com eleições democráticas, justas, com este elemento desagregador e insalubre que são as notícias falsas, deturpadas, mentirosas, em meio ao debate público? Será que o julgamento na Suprema Corte, a partir de junho, sobre a responsabili-



dade dos provedores pelos conteúdos publicados nas plataformas digitais no âmbito do marco civil da internet pode ser a solução, já que o parlamento não delibera, para esta questão do enfrentamento das fake News? Mas esta decisão via justiça não poderia gerar embaraços?

Joseildo Ramos: Existe sempre esse perigo, porque tem de tudo. Mas a roda da vida gira. Então o que hoje é fato, amanhã pode ser fake. E não cabe ao Congresso se desvestir das suas

principais funções e uma delas é essa, nós estamos na era digital. E os crimes que são cometidos através das fake news, das mentiras, já produziram muita desgraça no mundo afora. A gente não pode ficar à mercê de um Poder quando um outro se recusa a fazer o seu trabalho. Acho que estamos vivendo um episódio que custará muito caro ao brasileiro porque está passando a janela de oportunidades que a gente teve em mãos nesses últimos cinco anos. ■

INCÊNDIO FLORESTAL TAMBÉM É SUA RESPONSABILIDADE

O Governo de MT
está preparado para
combater as queimadas.
Faça sua parte.

Denuncie

193

Novo período proibitivo

Cerrado e
Amazônia 01/07 a 30/11

Pantanal 17/06 a 31/12



**Governo de
Mato
Grosso**

Uma mistura que fez o café brasileiro ser referência no mundo

Pesquisa historiográfica mostra como a ciência impulsionou a economia cafeeira no Brasil e resgata disputa sobre os culpados pela propagação da broca do café

Por **Ivanir Ferreira**, do Jornal da USP

Perto de completar três séculos de sua introdução no Brasil, em 1727, uma das bebidas mais consumidas no mundo tem muita história para ser contada, seja do ponto de vista econômico, social, cultural, científico e/ou político. Sob o olhar da historiografia, uma pesquisa da USP voltou aos anos de 1887 para mostrar como a ciência produzida pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), que na época foi criado pelo imperador Dom Pedro II, potencializou a

produtividade dos cafezais paulistas, possibilitando a conexão do Brasil à dinâmica de uma nova ordem econômica capitalista. O estudo se baseou na análise de boletins, jornais, relatórios e documentos referentes à gestão dos principais diretores da instituição, sendo um deles acusado pelo envolvimento em “querelas” científicas acerca da propagação da broca do café (*Stephanoderes coffeae*) que devastou muitas lavouras paulistas.

O estudo abrangeu os ciclos de

desenvolvimento da economia brasileira, entre os anos de 1887 e 1924, quando o estado de São Paulo era o centro econômico do país. O IAC foi criado por demanda de uma elite dos produtores rurais do estado, que na época lidavam com problemas relacionados ao esgotamento do solo decorrentes da extensiva modificação do meio natural para atender à produção de monocultura do café, e pela disseminação de pragas que atacavam os cafezais – a ferrugem e a broca do café, as mais temidas.



Na gestão do químico austríaco Franz Dafert, entre os anos de 1887 e 1898, os estudos sobre o café ganharam destaque a partir da análise química, física, geológica e nutricional do solo, relata o trabalho

Fotos: Divulgação

“ Nos anos 1890, após algumas análises de áreas de produção de café, o diretor concluiu quais as composições adequadas do solo para o cultivo do café

Paralelamente, lideranças políticas brasileiras pautadas pelo que acontecia na Europa e nos Estados Unidos almejavam que o Brasil também participasse dessa nova ordem econômica capitalista, relata a pesquisa. Nesse contexto, a criação de uma instituição científica que subsidiasse pesquisas agrícolas parecia ser o caminho para aproveitar a oportunidade, como mostra um discurso do ministro da Agricultura, Manuel Buarque de Macedo (1880/1881): “[...] não é só de crédito, porém, que a lavoura carece,

mas de braços, de instrução profissional, e de vias de comunicação, terrestres e fluviais”.

A pesquisa deu origem à tese “Ciência para o café: o Instituto Agrônomo e a ciência aplicada ao desenvolvimento da economia cafeeira (1887-1924)”, defendida pelo historiador Moisés Stahl, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, sob orientação do professor Lélío Luís de Oliveira, da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP.



Trabalho dos cafeeiros

Moisés Stahl é especialista em história econômica e autor do livro Louis Couty e o Império do Brasil, da editora UFABC.

Os documentos analisados pela pesquisa são de um período em que o IAC esteve sob a administração dos diretores Franz W. Dafert, Gustavo D'Utra, Max Passon e Jean-Jules Arthaud-Berthet.

ANÁLISE NUTRICIONAL DO SOLO

Na gestão do químico austríaco Franz Dafert, entre os anos de 1887 e 1898, os estudos sobre o café ganharam destaque a partir da análise química, física, geológica e nutricional do solo. Segundo Stahl, nesse período, o Instituto

Agrônomo desenvolveu uma série de pesquisas que indicavam que o espaço de produção agrícola do café passava a ser pensado e organizado de forma científica.

Na concepção de Dafert, a química “ensinava como se aumentava a colheita em solos exaustos”, relata Stahl. Após algumas análises de áreas de produção de café, o diretor concluiu que, até aquele momento (década de 1890), o solo mais adequado para o cultivo do café tinha que conter uma composição de argila (50 a 70%); de sílica (20 a 30%); de calcário (5 a 10%); e de húmus (5 a 10%), além de nitrogênio, potássio e ácido fosfórico. E, caso o solo apresentasse condições de esgotamento, uma indicação

pensada pelo Instituto Agrônomo era o uso da cal, ou fosfato de cal composto.

Stahl conta que nessa época era possível encontrar anúncios em jornais que vendiam fertilizantes à base de cal. Em 20 de fevereiro de 1900, em um desses anúncios, o jornal *Lavoura e Commercio* reproduzia a imagem de dois pés de café novos. Um pequeno, de caule curto e poucas folhas; enquanto o outro, após sofrer os efeitos da cal, era três vezes maior, com muitas folhas e galhos alongados, corroborando as consequências positivas da cal na cafeicultura.

Dafert também realizou análises da economia cafeeira a partir da interpretação da teoria da renda, do



A pesquisa mostra os processos de resistência e aceitação que envolveram os cientistas e os cafeicultores em relação aos novos aprimoramentos aplicados na produção do café



Colheita de café em São Paulo

Íbda de cafezal

“Dafert fez análises da economia cafeeira a partir da interpretação da teoria da renda, de Ricardo, e a partir da teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin, para compreender a distribuição dos minerais na planta do café

economista inglês David Ricardo, e a partir dos princípios da teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin, para compreender a distribuição dos minerais na planta do café. Dafert acreditava que o mecanismo responsável pela seleção natural se daria por processos químicos.

CONFLITOS DE INTERESSES

Stahl explica que também foi na gestão de Dafert que surgiu uma tensão maior entre os produtores rurais e os pesquisadores do IAC. “Esse mal estar se deu porque os cafeicultores buscavam soluções práticas e imediatas que pudessem levá-los a uma maior produtividade e lucratividade; e os cientistas propunham uma racionalização da agricultura, com o emprego da ciência, de técnicas e estudos sobre o solo, o clima e as plantas, semelhante ao que já vinha acontecendo em outros países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista”.

Segundo o professor Oliveira, a

pesquisa revela “os imbricados processos de resistência e aceitação que envolveu os cientistas e os cafeicultores em relação aos novos conhecimentos que estavam sendo desenvolvidos para aprimorar a produção do café. Enquanto o cientista desenvolvia a ciência num tempo, os cafeicultores queriam aumentar seus ganhos, o que resultava em um conflito de interesses, mas não uma resistência à ciência”, diz.

Depois da saída de Dafert, assumiu o cargo o engenheiro agrônomo Gustavo D’Utra, que realizou ações de fomento para diversificação da atividade agrícola, o que fez com que outros gêneros alimentícios competissem com o café, diz o historiador. Durante a direção de Gustavo D’Utra, foram desenvolvidos importantes estudos sobre hortaliças, leguminosas, pecuária, juta (para fazer os sacos de café, por exemplo), cânhamo, trigo e fumo. Stahl ressalta que, nesse momento da história, o Brasil



recebeu grande número de imigrantes, o que gerou o aumento de alimentos e essa diversificação da atividade agrícola que procurava atender às novas demandas de consumo.

D'Utra também orientou os pesquisadores nas investigações científicas sobre as principais doenças que atacavam os cafezais do Brasil e do mundo. As mais temidas eram a *Hemileia vastatrix* (ferrugem do café) e *Stephanoderes coffeae* (broca do café), e realizou estudos sobre outros usos do café, como o álcool derivado do café e análises sobre a extração da cafeína para fins farmacêuticos. As pesquisas sobre o solo paulista também continuaram durante os anos de D'Utra.

PROPAGAÇÃO DA BROCA DO CAFÉ

O historiador conta que, após a saída de D'Utra, o instituto experimentou um período curto de direção do francês Max Passon, que após um ano deixou a direção por problemas de saúde. Para substituí-lo foi contratado o francês Jean-Jules Arthaud-Berthet, que teve sua direção marcada pela controvérsia em torno da introdução da broca do café nos arredores do Instituto Agrônomo e sua propagação nas áreas de produção do café paulista.

Segundo o estudo, na década de 1920, o café mantinha uma posição de destaque na economia brasileira, sobretudo em São Paulo. Foi nessa época que a broca do café, cujo

agente causador era o besouro *Stephanoderes coffeae*, gerou vasta destruição nas lavouras paulistas. “Berthet foi acusado de ser negligente com a desinfecção de amostras de café vindas do exterior para serem analisadas, que estariam contaminadas com agentes patogênicos”, relata o historiador.

O assunto foi tema de debates na imprensa, que questionava como teria sido a introdução da praga nos cafezais paulistas e a falta de grandes ações do instituto para combater o agente causador da doença. O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10 de junho de 1924, comparou o comportamento de Arthaud-Berthet ao de um criminoso, que teria se calado diante do eminente problema.



Estudo mostra que, na década de 1920, o café mantinha uma posição de destaque na economia brasileira, sobretudo em São Paulo



A pesquisa deu origem à tese “Ciência para o café: o Instituto Agrônomo e a ciência aplicada ao desenvolvimento da economia cafeeira”

“Uma das bebidas mais consumidas no mundo, o café tem muita história para ser contada, seja do ponto de vista econômico, social, cultural, científico ou político

Segundo o historiador, a ação da broca do café teve grande impacto na economia e nos meios de comunicação, levando o estado de São Paulo a mobilizar recursos e medidas para conter o mal que assolava a principal fonte de riqueza do país. Em nota no jornal Correio Paulistano, de 26 de novembro de 1924, Arthur Neiva, um dos cientistas indicados para atuar na contenção da praga, informava a proibição da circulação de sacos de café vazios sem o chamado expurgo (desinfecção), a fim de evitar a propagação da doença.

Diante da repercussão, Arthaud-Berthet foi exonerado do cargo em 1924. No final desse mesmo ano, Berthet apresentou estudo que apontava a presença do besouro

causador da broca em amostras de café vindas da África já na administração de Gustavo D'Utra, no início da década de 1900.

Para finalizar, Stahl destaca a singularidade da economia cafeeira para a história do Brasil, responsável por atrair imigrantes de diversas nacionalidades, por movimentar ferrovias e portos e por formações sociais e relações de trabalho. Para o historiador, o Instituto Agrônomo e seus cientistas atuaram como mediadores de ações entre o meio natural e o meio econômico utilizando a ciência como missão de promover o desenvolvimento econômico. O resultado disso na atualidade é que as variedades de café do IAC estão presentes em várias regiões brasileiras e no mundo. ■

Produção de mel aumenta 146,9% em cinco anos

Apoio e fomento do GDF foram cruciais para que o DF batesse a marca de mais de 34 mil kg do alimento em 2023

Por **Thaís Miranda**, da Agência Brasília

Maiores polinizadoras da natureza, as abelhas costumam aparecer mais na primavera, quando há maior diversidade de flores e frutos. Mas para quem faz a criação desses insetos, a boa produtividade é no ano inteiro. Aos que recebem apoio e incentivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), a criação correta das abelhas também pode ser uma boa fonte de renda no comércio de mel e seus derivados.

O cenário propício para criar esses insetos tem feito com que produtores se interessassem cada vez mais pela prática, seja para consumo próprio, seja para comercialização. Para estimular ainda mais a procura, o Governo do Distrito Federal (GDF) regulamentou o manejo sustentável de abelhas sem ferrão (meliponicultura) entre produtores locais, além do comércio, da captura e do transporte dessas espécies. A Lei nº

7.311 entrou em vigor no dia 28 de julho de 2023.

Os incentivos fornecidos pelo Executivo local refletiram em um aumento expressivo na produção de mel nos últimos cinco anos no DF. Em 2023, foram 34.189 kg produzidos, um número 146,9% maior que os 13.826 kg registrados em 2019. Ao todo, são 290 produtores interessados no ramo, que somam 3.183 colmeias.

A produção se concentra em várias regiões administrativas do DF, sendo a maior parte das colmeias localizadas no Paranoá (1.023), em Ceilândia (492) e em Sobradinho (468). Apesar de contar com 222 colmeias, o Gama representa a maior produção de mel, com mais de 7,7 mil kg em 2023.

Para quem trabalha com abelhas sem ferrão há mais de 30 anos, o que antes era considerado um hobby no quintal de casa passou a ser um negócio, como é o caso de Diana Schappo, 50 anos. “No começo era só uma graça que fazíamos aqui para consumo próprio. O mel da



abelha sem ferrão é diferenciado, ele tem mais propriedades, além de ser um produto medicinal”, explica Diana.

Em uma área de cinco mil metros quadrados, no Núcleo Rural do Palha, no Lago Norte, a meliponicultora dispõe de 49 colmeias. O resultado da criação das abelhas é vendido em embalagens de diferentes tamanhos de mel. E esse não é o único produto de comercialização. A



CONFIRA ALGUMAS DAS VANTAGENS DO CONSUMO EQUILIBRADO DO MEL

- Possui ação antioxidante, que combate os radicais livres. Essas moléculas, quando em excesso, podem causar diversos problemas ao corpo humano, como o envelhecimento precoce e doenças degenerativas.
- Auxilia na imunidade. Por ter propriedades antibacterianas, ele é muito usado contra doenças respiratórias infecciosas e como auxílio no aumento da imunidade.
- Ajuda no funcionamento do sistema gastrointestinal. O mel também auxilia no alívio dos sintomas da gastrite e possui ação desintoxicante, que colabora para a limpeza do trato digestivo.

produtora também disponibiliza pólen e colmeias, além de promover palestras educativas sobre a correta criação de abelhas sem ferrão.

“A pessoa que decide entrar nesse ramo consegue ganhar dinheiro não necessariamente produzindo mel, mas pode ser vendendo iscas, fabricando caixas e outros atrativos relacionados com a prática”, revela o técnico Carlos

Morais, da Emater-DF.

A criação de abelhas com ferrão (policultura) também é uma prática promissora no DF. O produtor Edivaldo Leite da Silva, 63, mais conhecido como Bacabal ou Edmel, está no ramo há cerca de 30 anos. A propriedade dele, localizada no Assentamento Fazenda Larga, em Planaltina, segue uma série de recomendações para que possa produzir o mel

sem oferecer riscos à comunidade vizinha.

“Aqui são 83 chácaras, mas nenhuma tem a capacidade de criar abelhas como a minha. Precisa ter 300 metros de distância das residências e 500 metros de equipamentos públicos, por exemplo. Hoje eu produzo 3,5 toneladas de mel por ano, mas, com o apoio da Emater, quero chegar a 5 toneladas”, afirma o policultor.

De acordo com o técnico da Emater João Pires, os brasilienses são bons consumidores de mel: “O mercado consumidor que temos no DF é tão bom que os produtores de mel conseguem vender toda a produção diretamente ao cliente final. Então, se o profissional não quiser produzir apenas para consumo próprio, ele tem a possibilidade de criar um negócio maior, gerando emprego e renda”, defende o técnico.

BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE

São muitas as vantagens que o mel pode trazer ao organismo quando incorporado de forma equilibrada no dia a dia. O alimento é rico em nutrientes, principalmente em vitamina C e minerais como cálcio, magnésio, fósforo, potássio e zinco.

“O mel é bastante funcional justamente porque ele tem uma função anti-inflamatória no organismo. Uma excelente opção é comê-lo em alguma refeição de pré-treino porque ele tem uma rápida absorção e dá uma energia a mais para se exercitar. O consumo do mel no café da manhã também pode ser uma alternativa para quem busca mais disposição para as atividades do dia”, aconselha a nutricionista da Emater-DF Danielle Amaral.

De acordo com a especialista, os consumidores precisam estar atentos à qualidade do mel a ser adquirido. “Comprar o produto diretamente de quem produz é mais benéfico porque ele passa menos tempo na embalagem. Quanto mais rápido for o consumo, melhor, porque tem algumas propriedades que são sensíveis à luz, como a vitamina C”, explica Danielle.

“A Emater-DF trabalha junto aos produtores tanto nas boas práticas agrícolas, da produção em si, quanto nas boas práticas de manipulação. Essas atividades são importantes para garantir que o mel produzido pelos produtores cadastrados seja de boa qualidade e seguro para o consumo dos brasilienses”, defende. ■

Futuro sustentável começa no Semiárido

Iniciativas unem agricultura e placas fotovoltaicas no sertão pernambucano e criam alternativa para segurança alimentar e hídrica

Por **Thaís Miranda**, da Agência Brasília

A terra seca e de sol escaldante da qual Luiz Gonzaga precisou partir em Asa Branca, hoje, é chamada de potência energética do Brasil. De acordo com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), o Nordeste responde por mais de 80% da energia eólica e solar produzida no país, e tem possibilidades para ampliar a geração e os ganhos com essas fontes de energia na próxima década.

“O futuro começa nesta terra que sempre foi tida como berço da escassez, da fome, da miséria. Agora, já começa a se reverter a situação, esse sol que foi tão mal falado anteriormente, sol que queimava e destruía, agora produz um produto nobre que é energia”, afirma Sebastião Alves, coordenador de Inovação e Pesquisa Tecnológica do Sertão (Serviço de Tecnologia Alternativa), organização que, desde 1989, atuando na formação de pessoas e na promoção do desenvolvimento sustentável com foco no campo.

Contudo, em 2022, usinas de energia solar desmataram mais de 3 mil hectares

da caatinga, segundo levantamento realizado pelo Mapbiomas. Além do problema da derrubada de vegetação nativa, herbicidas são sistematicamente utilizados para manter as plantas fora das placas solares, explica Genival Barros, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas (Neppas), da unidade Serra Talhada.

Uma alternativa para a produção de energia solar de forma mais sustentável é a utilização do sistema agrofotovoltaico, ou agrovoltaico, modelo desenvolvido por pesquisadores alemães que combina agricultura com painéis fotovoltaicos. Na Alemanha, e em outros países europeus, o modelo já é utilizado, mas no Brasil ainda é muito pouco conhecido. O sistema pode contribuir para a segurança hídrica, produção de alimentos e distribuição de renda.

INJUSTIÇA ENERGÉTICA

Segundo dados atualizados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), os estados do Sudeste e Sul lideram as quatro primei-

ras posições do ranking de geração solar distribuída. Produção descentralizada é a energia gerada e consumida próxima ao local de consumo, em casa ou no terreno do pequeno produtor. Por outro lado, na estatística da entidade sobre geração centralizada de energia, o nordeste possui a maior potência instalada.

“A geração distribuída ainda é muito destinada a uma classe da sociedade que tem condições financeiras”, afirma Cássio Cardoso, engenheiro elétrico e assessor político no Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O pesquisador também relata que a energia centralizada

Fotos: Divulgação





O professor Sebastião Alves no projeto-piloto do sistema agrofotovoltaico instalado em Ibimirim, no sertão de Pernambuco: criação de hortaliças, galinhas e peixes com energia solar

“Eu acho que esses sistemas pequenos resolvem grandes problemas, porque reduzem a fome” - Sebastião Alves, Coordenador de Inovação e Pesquisa Tecnológica do Serto

provoca impactos sociais e ambientais “desde o arrendamento das terras com contratos abusivos entre as empresas e as populações, e a disputa entre a energia solar e a produção de alimentos no campo”.

A energia centralizada produzida no Nordeste entra no mercado livre de energia e é comprada por grandes consumidores. “Esses compradores que, na maioria das vezes, estão no Sul e Sudeste, pagam um preço muito mais barato do que pequenos consumidores para o mercado regular de energia”, explica Cássio Cardoso.

O professor Sebastião Alves, que,

desde a juventude, lutava pela implantação de energia solar e eólica na região, viu grandes empresas, a maior parte estrangeira, instalarem latifúndios de placas fotovoltaicas na caatinga nordestina. “Imaginava que cada casa de agricultor do semiárido pudesse ter a plaquinha solar independente, gerando a própria energia. E, o resto que sobrasse, seria injetado na rede da distribuidora; não precisaríamos de concentrar a energia solar”, conta o professor.

SISTEMA DE ESPERANÇA

Localizado no sertão pernambucano, o município de Ibimirim possui 26.593



habitantes, segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A cidade fica a 334,4 km da capital pernambucana, Recife, e da sua população, 55,26% vive em zona urbana, enquanto 44,74% vive em zona rural. As principais atividades econômicas estão concentradas na administração pública, na agropecuária, no setor de serviços e na indústria.

O coordenador de Inovação e Pesquisa Tecnológica do Serto é um dos responsáveis pela execução de um projeto-piloto do sistema agrofotovoltaico instalado na unidade de Ibimirim. A experiência mostra que é possível produzir energia e alimento sem prejudicar o bioma Caatinga, que sofre com o aumento das taxas de desmata-

mento.

O Serto incorporou as placas fotovoltaicas a um sistema de aquaponia, formando assim o modelo agrofotovoltaico. “Percebemos que era possível criar sistemas que pudessem complementar outras tecnologias”, relata o professor Sebastião Alves. Outra preocupação do Serviço de Tecnologia Alternativa é utilizar conhecimentos e modelos já construídos, mas adaptando-os para o semiárido.

No modelo instalado no Serto, a produção de energia ocorre na parte de cima, com placas fotovoltaicas instaladas a aproximadamente três metros do solo; no meio, há o cultivo de hortaliças utilizando aquaponia; e, embaixo, a criação de galinhas e peixes. O protótipo

também conta com uma composteira e calhas que permitem captar água da chuva.

A aquaponia é um tipo de tecnologia que integra o cultivo orgânico de plantas com a criação de organismos aquáticos, como peixes e camarões. A água residual dos peixes possui vários nutrientes necessários para as plantas. Sendo assim, o sistema aquapônico reaproveita essa água para as hortaliças através de uma bomba que faz a água circular. “Depois que passa pelas plantas, a água volta filtrada para os peixes”, explica Sebastião Alves.

A energia gerada pelas placas é responsável por fazer a bomba funcionar. Dentro do sistema, tudo é aproveitado, como o espaço abaixo da planta-



Criação de galinhas abaixo das placas de energia solar e da horta: produção de energia e alimentos sem prejudicar o bioma Caatinga



Plantação de melão sob placas fotovoltaicas instaladas na Aldeia Serrote do Campos, da comunidade indígena Pankará, em Pernambuco: modelo agrofotovoltaico como alternativa para uso da energia solar no semiárido



Escoamento de água para criação de peixe no modelo-piloto agrofotovoltaico de Ibimirim: sistema para favorecer a produção de alimentos e a distribuição de renda

“Imaginava que cada casa de agricultor do semiárido pudesse ter a plaquinha solar independente, gerando a própria energia. E, o resto que sobrasse, seria injetado na rede da distribuidora; não precisaríamos de concentrar a energia solar”

onde costuma-se criar as galinhas. Estas podem ser alimentadas com as hortaliças cultivadas. Já seus excrementos também são utilizados, sendo destinados para adubar as plantas.

Outra iniciativa de modelo agrofotovoltaico no sertão pernambucano encontra-se na cidade de Itacuruba, o projeto foi viabilizado por meio da parceria do CCBA (Centro Cultural Brasil Alemanha) com a ONG alemã Atmosfair. As placas fotovoltaicas foram instaladas na Aldeia Serrote do Campos, onde vive a comunidade indígena Pankará.

A energia gerada no mini parque agrofotovoltaico de 400 m² é utilizada para bombear a água captada no lago de Itaparica e abastecer casas, rebanhos e

irrigar as plantações. Os painéis fotovoltaicos também têm calhas que permitem o armazenamento da água das chuvas. Antes dos painéis fotovoltaicos, a aldeia gastava mensalmente em média R\$ 3.000 com energia. Agora a conta com os custos de manutenção zerou nos últimos meses.

Diferente do sistema agrofotovoltaico instalado no Serto, o de Itacuruba não faz uso da técnica de aquaponia. O professor Genival Barros é responsável pela pesquisa sobre a produção de alimentos embaixo das placas. Ele afirma que é possível cultivar mesmo em uma área igual onde as placas foram instaladas, pois Itacuruba é uma região com solos muito rasos e de caatinga baixa e rala. ■



As mulheres são e estão ligadas e empoderadas

Por **Ademir Galtizki**

A coluna de hoje abre espaço para o Agroligadas. É o movimento formado por mulheres do agronegócio com o propósito de conectar campo e a cidade.

Formado por mulheres e profissionais empoderadas e abençoadas do agronegócio, o Agroligadas3 tem como propósito apresentar o campo e a cidade com verdade, ética, coragem, compromisso e amor, a partir de ações educativas e de comunicação.

Com a palavra, elas:

“Mostramos que o agro está em tudo, em todo lugar, no dia a dia de todos,

defendemos a comunicação transparente, com informação confiável, empatia e sensibilidade.

Somos o resultado da união de mulheres fortes e protagonistas, que vivem pelo agronegócio e lutam pela prosperidade do setor. Somos muitas, somos todas. Com o lema – nossos pilares, comunicar e educar. Nossa missão é fortalecer o relacionamento do campo e a cidade, através das mulheres do agronegócio. Promover ações internas e externas que se conectam entre elas, capacitando as mulheres ante a melhora na comunicação e transformando a opinião da cidade em relação ao que conhecem sobre o agronegócio.

Proporcionamos novas experiências às pessoas urbanas que aceitam conhecer e entender mais sobre o nosso setor. Desenvolvemos ações internas com reuniões, palestras, encontros, workshops, treinamentos e, principalmente, em eventos para as Agroligadas, e ações externas. São esses os projetos realizados pelos núcleos que se encontram em diferentes regiões do país sempre conectando o campo e a cidade. Estamos abertas a parcerias com instituições e empresas que tenham projetos relacionados ao nosso propósito, fortalecendo assim a comunicação dentro do agro. Levamos as informações sobre o setor para longe, através de programas de



“Somos o resultado da união de mulheres fortes e protagonistas, que vivem pelo agronegócio e lutam pela prosperidade do setor. Somos muitas, somos todas. Com o lema – nossos pilares, comunicar e educar. Nossa missão é fortalecer o relacionamento do campo e a cidade, através das mulheres do agronegócio”

rádio, podcast e redes sociais, nós mesmas criamos esses conteúdos. Abriamos diálogos com aqueles que estão do lado de fora da porteira.

Há mais de seis anos vivendo um propósito. Há seis anos decidimos dar vida ao movimento Agroligadas. O que não sabíamos é que, na verdade, o movimento é que dariam muita vida para nós. Desde que iniciamos a nossa missão- conectar o campo e a cidade – viajamos por dentro e por fora de nós mesmas. Conhecemos muitas pessoas, muitos lugares e conectamos muitas histórias. Temos cumprido nosso propósito com verdade, ética, compromisso e coragem, sempre mostrando o agro com o amor como nós vemos. As pontes que temos construído até aqui nos ligaram a muitos sonhos, desafios, conquistas e alegrias, além de muitas pessoas a cada ano, somando e aumentando os elos.

Chegamos a 2024 com a marca de seis anos de fundação do Agroligadas. Já foram 72 meses semeando em outras pessoas o desejo de ajudar o agro a ser cada vez maior e melhor. São seis anos plantando informações, colhendo o companheirismo de mulheres que querem ver o agro acontecer e dão o seu melhor para que isso aconteça. São seis anos de muita força de vontade e amor pelo setor que ajuda a levar o nosso país para o topo do mundo. Nosso caminho teve o perfume, as cores e a beleza da flor que simboliza nossa marca, ainda que tenha tido- como todo caminho- o rigor dos espinhos, nos fortalecendo a cada desafio. Agradecemos por todas as mãos que somaram conosco nesses anos até aqui. Já antecipamos nossa gratidão por tudo que ainda virá e deixamos nosso convite: topa conectar o campo e a cidade ao nosso lado?

“Fica sempre um pouco de perfume nas mãos de quem oferece flores”.
Provérbio Chinês.

Comunicação: nosso objetivo de comunicação é desenvolver projetos e ações com informações sobre o campo, criando conexões e espaços de diálogo com a sociedade. Como fazemos isso. Simples. Criamos conteúdo do agronegócio para as redes sociais, programa de rádio, eventos e muitos outros meios de comunicação. Educação: precisamos conscientizar a população desde cedo sobre a importância do agronegócio. E para criar uma cultura positiva do agro, desenvolvemos projetos educacionais

com a participação de jovens, crianças e professores. Um exemplo é o projeto Dia de campo Agroligadas, que leva informações seguras e avalizadas sobre o campo. Comitê Técnico-Embasamento. Esse é o ponto de partida para o time do Agroligadas. Isso significa que todo conteúdo dos projetos e ações é produzido por profissionais que são autoridades no agronegócio. O material criado reúne informações técnicas e serve como fonte de conhecimento e atualização para todos os membros do movimento, troca de informações e evolução constante. E isso torna o movimento Agroligadas cada vez mais importante. Eventos: ser Agroligadas é estar presente na cadeia do agro. E para ser presente, precisamos e participamos de diversos eventos, a maior parte em conjunto com outras frentes- para as integrantes do movimento e para o público externo. São eventos de treinamento, capacitação e de comunicação com a sociedade. Assim, conectamos ainda mais o campo e a cidade. Relação institucional: diálogos para evoluir um dos propósitos do Agroligadas. Buscamos sempre nos aproximar de instituições representativas de classes e políticos. Assim, criamos espaços para debates públicos e coletivos de forma apartidária, estabelecemos articulações com entidades, organizações e diferentes esferas do poder público. E assim evoluímos. Conectando diversos grupos da sociedade, sempre pensando no futuro do agronegócio brasileiro.

Quem são elas, as Agroligadas? Geni Coline, presidente; Elaine Lopes, vice-presidente; Eloisa Eu Haje, diretora de projetos; Michele Botan, diretora de núcleos; Roseli Giachini, diretora de núcleos; Hebe Machry, diretora administrativa e financeira; Melissa Freitas, diretora de comunicação; Manaíra Minizi, diretora de marketing.

PS.: Deixo aqui todo o meu carinho e admiração a todas as mulheres que de um modo ou de outro fazem parte deste mundo maravilhoso do agro, não tem medido esforços, estejam ligados ou não a algum projeto, ou ao agronegócio brasileiro. Como dizem, o agro é a força dos homens e mulheres do campo, e tem dado tudo de bom para nós, consumidores de vários produtos que vêm do agro, que é de suma importância para a nossa saúde e bem-estar. Parabéns, mulheres do Agroligadas.

EM TUDO DAIGRAÇA”. ■

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br